

**ATA NÚMERO 254/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audições no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.<sup>a</sup> (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes:  
  
09h30 – Associação Portuguesa de Bancos.  
10h15 – Banco de Portugal.  
11h00 – Instituto para a Cidadania e Vida Independente.  
11h45 – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.  
12h30 – Associação Portuguesa de Deficientes.
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 252 e 253, referentes às reuniões de 12 e 14 de fevereiro, respetivamente.
3. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro - Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.
4. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro – Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.
5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.
6. Apreciação do relatório da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores das Assembleias Distritais.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

7. Conclusão da definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 498/XII/3.ª (BE), 500/XII/3.ª (PCP), 502/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) e 505/XII/3.ª (PS), e dos Projetos de Resolução n.º 939/XII/3.ª e 940/XII/3.ª (PS).
8. Informação sobre a participação nos “Dias Parlamentares da OCDE”.
9. Outros assuntos.

- 
1. **Audições no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª (BE) – Amplia as condições de acesso ao regime de crédito a deficientes:**

**09h30 – Associação Portuguesa de Bancos.**

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª \(BE\)](#).

O Presidente da APB efetuou uma intervenção inicial sobre a iniciativa legislativa em apreço, após o que o Senhor Presidente da Comissão abriu o debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Presidente da APB e demais membros da delegação intervindo para responder às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pela APB, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a intervenção efetuada pelo Presidente da APB, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

**10h15 – Banco de Portugal.**

O Senhor Presidente retomou, de imediato, os trabalhos, dando as boas vindas aos representantes do Banco de Portugal e recordando o enquadramento da audição no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª \(BE\)](#).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Os representantes do Banco de Portugal efetuaram uma alocação inicial sobre o projeto de lei em debate, após o que o Senhor Presidente da Comissão abriu o debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a delegação do Banco de Portugal respondido às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pelo Banco de Portugal, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição podem ser consultadas na [página internet](#) da Comissão.

**11h00 – Instituto para a Cidadania e Vida Independente.**

O Senhor Presidente retomou, de seguida, os trabalhos, dando as boas vindas aos representantes do Instituto para a Cidadania e Vida Independente (IPCVI) e recordando o enquadramento da audição no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª \(BE\)](#).

O Presidente do IPCVI efetuou uma alocação inicial sobre o projeto de lei, após o que o Senhor Presidente da Comissão abriu o debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Raul de Almeida (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo o Presidente do IPCVI respondido às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pelo Instituto para a Cidadania e Vida Independente, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

**11h45 – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.**

O Senhor Presidente retomou, de imediato, os trabalhos, dando as boas vindas aos representantes da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) e recordando o enquadramento da audição no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª \(BE\)](#).

Os representantes da DECO efetuaram uma intervenção inicial, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu início ao debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Carlos Santos Silva (PSD), Cecília Meireles

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

(CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a DECO respondido às questões colocadas. Intervieram ainda, para pedidos de esclarecimentos, os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Jorge Machado (PCP) e Carlos Santos Silva (PSD), tendo a DECO prestado informações adicionais.

Não se registando intervenções ulteriores, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pela DECO, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

**12h30 – Associação Portuguesa de Deficientes.**

O Senhor Presidente retomou os trabalhos, dando as boas vindas ao representante da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), recordando o enquadramento da audição no âmbito da nova apreciação, na generalidade, do [Projeto de Lei n.º 490/XII/3.ª \(BE\)](#).

O representante da APD usou da palavra para uma intervenção inicial, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu início ao debate, no âmbito do qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Paulo Correia (PS), Maria Conceição Pereira (PSD), Raul Almeida (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a APD respondido às questões colocadas.

Não se registando intervenções ulteriores, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu as informações prestadas pela APD, após o que deu por concluída a audição.

Diversas informações sobre a audição estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

Após a conclusão das audições, a Comissão deliberou solicitar parecer escrito do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre algumas questões suscitadas ao longo das audições.

**2. Apreciação e votação das atas n.ºs 252 e 253, referentes às reuniões de 12 e 14 de fevereiro, respetivamente.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

- 3. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 1/2014, de 16 de janeiro -  
Procede à oitava alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que  
estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito  
no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da  
disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

- 4. Deliberação sobre o pedido de retificação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro –  
Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto  
sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-  
B/88, de 30 de novembro, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro,  
e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado  
pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

- 5. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal  
de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de  
Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2013.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

- 6. Apreciação do relatório da audiência concedida à Comissão de Trabalhadores  
das Assembleias Distritais.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**7. Conclusão da definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 498/XII/3.<sup>a</sup> (BE), 500/XII/3.<sup>a</sup> (PCP), 502/XII/3.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) e 505/XII/3.<sup>a</sup> (PS), e dos Projetos de Resolução n.º 939/XII/3.<sup>a</sup> e 940/XII/3.<sup>a</sup> (PS).**

A Comissão deu por concluído o processo de definição de metodologia para a nova apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.º 498/XII/3.<sup>a</sup> (BE), 500/XII/3.<sup>a</sup> (PCP), 502/XII/3.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) e 505/XII/3.<sup>a</sup> (PS), e dos Projetos de Resolução n.º 939/XII/3.<sup>a</sup> e 940/XII/3.<sup>a</sup> (PS), nos termos suscitados nas reuniões anteriores e com as audições propostas.

**8. Informação sobre a participação nos “Dias Parlamentares da OCDE”.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi, consensualmente, adiado para a reunião seguinte da Comissão.

**9. Outros assuntos.**

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de fevereiro de 2014

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Barbosa  
Fernando Virgílio Macedo  
João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
José de Matos Rosa  
Miguel Frasquilho  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Conceição Bessa Ruão  
Jorge Machado  
Maria Conceição Pereira  
Raúl de Almeida  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
João Galamba  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis